

# O VETOR CULTURAL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NO SÉCULO XXI – IMPLICAÇÕES PARA PORTUGAL

*THE CULTURAL VECTOR IN THE GLOBALISATION ERA  
OF THE 21<sup>st</sup> CENTURY - IMPLICATIONS FOR PORTUGAL*

**Sónia de Jesus Carvalho Roque**

Mestre em Relações Internacionais  
Labtec TS da Faculdade de Ciências (FC)  
da Universidade de Lisboa (UL)  
Lisboa, Portugal  
sonia\_roque@iol.pt

**Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva**

Doutora em Relações Internacionais  
Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP)  
da Universidade de Lisboa (UL)  
Investigadora do Instituto de Defesa Nacional  
Lisboa, Portugal  
mfranciscasaraiva@gmail.com

**Título abreviado: O Vetor Cultural no Século XXI - Implicações para Portugal**

## **Resumo**

O mundo, como o conhecemos hoje, é constituído por sociedades caracterizadas por culturas distintas. Nas últimas décadas, as interações transnacionais intensificaram-se de forma significativa, o que colocou desafios acrescidos em diversos domínios da sociedade. O presente artigo tem por objetivo reflexionar sobre o vetor cultural e as suas implicações na era em que vivemos, marcada pelo fenómeno da globalização, que é também uma globalização cultural (ou cultura global) no século XXI e as suas implicações para Portugal, particularmente no domínio da segurança e defesa.

Portugal tem promovido políticas multiculturais equilibradas (nomeadamente ao nível da educação, migrações e turismo), assentes no respeito por um acervo básico de regras de convivência social, pelo que importa analisar o impacto do fenómeno cultural, formulando sugestões e/ou recomendações tendo por base a ideia de que a cultura é a essência do

**Como citar este artigo:** Roque, S. e Saraiva, M., 2014. O Vetor Cultural na Era da Globalização no Século XXI – Implicações para Portugal. Revista de Ciências Militares, maio de 2014, II (1), pp. 141 - 162.  
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

poder, uma janela de oportunidade para o reforço da identidade e coesão nacional, tal como para a expansão da influência do próprio Estado, destacando a importância das teorias culturais nos estudos de segurança.

**Palavras-chave:** Globalização, Portugal, Cultura, Segurança, Defesa.

### **Abstract**

The world as we know it today is composed by societies that are characterized by distinct cultures. Over recent decades, trans-national interactions have intensified significantly, placing greater challenges on many areas of society. In this context, this article aims to analyse the cultural vector and its implications in a world marked by globalisation. We will explore the phenomena of cultural globalisation (or global culture) in the 21st century and its implications for Portugal, in particular in the fields of security and defence.

Portugal promotes balanced multi-cultural policies (namely, in the areas of education, immigration and tourism), based on respect for a set of basic rules of social coexistence. Therefore, we aim to analyse the impact of the cultural phenomenon, making suggestions and/or recommendations, based on the idea that culture constitutes the very essence of power, as a window of opportunity for strengthening national identity and cohesion, and for expanding the influence of the State itself. We will also highlight the importance of cultural theories in security studies.

**Keywords:** Globalisation, Portugal, Culture, Security, Defence.

### **Introdução**

O presente texto procura reflexionar sobre o domínio cultural da globalização, explorando-se a hipótese de ter ocorrido uma globalização cultural (ou cultura global) no século XXI e as suas implicações para Portugal, particularmente, no domínio da segurança e defesa. Começamos por abordar algumas das principais questões relacionadas com a globalização, a cultura e a segurança, equacionando a existência de uma globalização cultural (ou cultura global) no presente século a partir das realidades e desafios com que nos deparamos. Na segunda secção procuramos analisar a situação de Portugal no contexto da globalização cultural, nomeadamente através das políticas de educação, abordagem ao fenómeno das migrações e do turismo, três setores cruciais com implicações fundamentais para a segurança e defesa de qualquer Estado, destacando também a importância da língua na política externa portuguesa. Na secção seguinte tecemos algumas considerações e recomendações em relação ao caso português no que concerne ao vetor cultural, um dos mais relevantes, em nosso entender, no atual contexto global em que vivemos. Finalizamos com uma súmula das principais conclusões a que chegámos.

## 1. Cultura

A língua constitui não apenas o meio por excelência de comunicação entre os seres humanos, mas o próprio meio como se estrutura e desenvolve a personalidade. A língua articula uma cultura, que a tem como veículo central da sua estruturação orgânica e do seu crescimento e afirmação (De Machete, 2010, p. 29), sendo natural a competição pelo monopólio da influência linguística e cultural nos diversos setores da vida social, que o fenómeno da globalização tende a facilitar através das novas tecnologias da informação e comunicação e da própria mobilidade de indivíduos e grupos.

Como salienta Marta Anico (2009, p. 58) a cultura enquanto processo social resulta da interação entre diversos grupos sociais e atores individuais e, como tal, é moldada pelas relações de poder que operam nas sociedades em função dos interesses dominantes em cada momento e em cada formação social. Este facto pode ser comprovado historicamente: o monopólio desta influência tem variado no tempo e no espaço em consonância com a hegemonia política ou geopolítica, económica, social e militar dos diversos atores.

A própria existência de um mercado de bens e serviços culturais, de um emprego em atividades culturais e, sobretudo, de um valor económico dos bens culturais constitui um fator que traduz a importância económica destas atividades (Vilar, 2007, pp. 131-132), o que impulsiona a competição pelo seu domínio e monopólio, ao permitir uma influência mundial que pode permitir conquistar “corações e as mentes”, difundindo valores e estilos de vida, o que em última instância contribui de forma substancial para a segurança dos detentores deste monopólio, tal como para a segurança dos seus aliados cujo estatuto está intimamente associado ao facto de terem aderido a este sistema de “valores”.

A consciencialização da importância do fenómeno cultural impulsionou as reflexões em torno do conceito de cultura, revelando a sua complexidade pela multiplicidade de significados que lhe têm sido atribuídos ao longo da História. Neste sentido, importa explorar o conceito polissémico da palavra cultura. Tendo em consideração a proposta de T. S. Eliot, que entende a cultura enquanto desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou da sociedade como um todo, podemos assinalar três sentidos subjacentes à palavra cultura: a cultura enquanto formação e/ou educação; a cultura enquanto identidade de um grupo ou civilização e, finalmente, a cultura enquanto conjunto dos produtos do tríptico Artes/Humanidades/Ciência (Vilar, 2007, p. 132). Raymond Williams propôs uma outra sistematização das definições de cultura em torno de três ideias: a primeira, referente ao domínio das artes e das atividades artísticas; em segundo lugar, a cultura entendida na sua aceção antropológica, enquanto modo de vida e, por fim, a cultura enquanto processo de desenvolvimento, crescimento e transformação das capacidades de indivíduos e de grupos sociais (Anico, 2009, p. 58).

Certo é que o fenómeno cultural se generalizou, tanto a nível nacional como transnacional, e é hoje considerado como um instrumento de intercâmbio, aprendizagem, progresso e conhecimento mas também, podemos dizer, na atualidade, de separação, divisão, demarcação ou segregação, que em última instância pode colocar em causa

a segurança de povos e nações se não forem envidados esforços de conciliação e compreensão do “outro”.

Deste modo, existe a percepção da articulação crescente e até da interdependência do conceito de cultura com outros conceitos fundamentais na nossa era marcada pelo fenômeno da globalização, como a segurança, o poder, a defesa, estando mesmo associado à emergência ou persistência de conflitos, o que contribuiu para que a cultura passasse a ser um dos vetores predominantes de análise, fazendo parte integrante das agendas dos Estados, tanto a nível nacional como internacional.

### **1.1. Cultura, Poder e Segurança**

Podemos dizer que a temática da cultura articula dois conceitos fundamentais para as ciências sociais, a cultura e o poder. É no século XVII que se formaliza a relação entre cultura e poder, a partir do momento em que a cultura emerge na esfera pública e se inscreve no quotidiano das populações, à medida que se reconhecem as suas potencialidades transformadoras e reformadoras enquanto mecanismo de controlo e regulação social. Todas as sociedades expressam e exercem o poder, nomeadamente através da cultura, que se tem revelado particularmente eficaz no cumprimento deste propósito (Anico, 2009, p. 58). É, neste sentido, que a competição pelo monopólio do predomínio cultural mais se faz sentir, enfatizando a relação entre cultura, poder e segurança.

A segurança, um conceito estreitamente relacionado com o poder e as funções do Estado soberano é um vocábulo na verdade complexo, multifacetado, ambíguo, controverso e politicamente poderoso nas agendas dos atores que atuam no sistema internacional, que extravasa o domínio da soberania estadual. Nos estudos de segurança e nos estudos estratégicos o debate sobre a expansão do vocábulo, que já leva mais de vinte anos, centra-se em dois fundamentais. O primeiro eixo discute o nível de análise - ao nível do referente a considerar quando se estudam as questões de segurança para além do Estado, considerado o referente tradicional de estudo -, e ainda a ampliação da noção com a incorporação de novos fenómenos de natureza não militar. O presente estudo não discute a reconceptualização da segurança ao nível do referente, enfatizando a dimensão da segurança nacional dos Estados e os elementos culturais com impacto na forma como os Estados entendem a cultura e o papel da cultura da nação na construção de valores e regras que enformam a identidade dos Estados, na linha do construtivismo tradicional desenvolvido por Katzenstein, Wendt, Finenmore e Barnett (Katzenstein, 1996) introduzindo na análise o contexto cultural em que se inserem os interesses materiais.

### **1.2. Cultura e Segurança Nacional**

Recorrendo a Wolfers consideramos nesta análise duas aceções de segurança nacional que se complementam mutuamente, uma objetiva e outra subjetiva. A primeira pressupõe a “ausência de ameaças a valores adquiridos”, enquanto a visão subjetiva sugere “a ausência de medo em relação à possibilidade desses valores poderem ser atacados” (Wolfers, 1962, p. 150).

As perspetivas culturais permitem uma análise cultural da noção de ameaça, uma melhor compreensão da cosmovisão da sociedade que se sente ameaçada e as condições em que a perceção de insegurança deixa de existir nessa comunidade. Esta perspetiva prende-se com a dimensão cultural da paz, guerra e estratégia e não é nova, emergiu há dezenas de anos nos estudos estratégicos recuperando, aliás, algumas das perspetivas há muito desenvolvidas pelos clássicos da estratégia, como Tucídides e Sun Tsu. No século XX Russell Weigley (*The American Way of Warfare*, 1960) e Jack Snyder (1977), numa célebre investigação sobre a cultura estratégica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fizeram estudos pioneiros sobre a importância da relação entre a cultura político-militar e as escolhas estratégicas dos países. Estas investigações permitiram dar corpo ao campo dos estudos sobre cultura estratégica que explora as condições do pensamento, contexto cultural, ideias e influências normativas que rodeiam a ameaça ou emprego da força (Gray, 1996).

No âmbito dos estudos nacionais de segurança surgiram teorias culturais muito diversas. De acordo com Desch (1998, pp. 141-142) após a Guerra Fria as teorias culturais nos estudos de segurança corresponderam a um amplo programa de investigação com diversos fatores de análise (como a doutrina militar, aquisição de armamentos, grande estratégia, política externa ou a decisão política), tendo por base uma multiplicidade de epistemologias.

Iain Johnston sugere que a cultura estratégica nacional, mais do que os imperativos do sistema internacional, é capaz de explicar de forma mais satisfatória a Grande Estratégia dos Estados (idem, p. 142). Por seu turno, Martha Finnemore (2003) argumenta que as normas da cultura global, mais do que os interesses nacionais dos Estados, determinam os padrões das intervenções. Na mesma linha, Richard Price e Nina Tannenwald (1996) estudaram as normas de cultura global que proíbem o uso de determinadas armas, tendo concluído que refletem o principal motivo pelo qual não são usadas.

Como afirma Desch (1998, pp. 151-153), o desafio no teste das teorias culturais consiste no facto de as variáveis culturais serem difíceis de definir e otimizar e de se focarem em casos particulares, sendo de difícil generalização.

As teorias culturais não nos permitem fazer generalizações e não nos oferecerem teorias gerais sobre o comportamento dos Estados, mas permitem-nos elaborar teorias sobre a política e comportamento de um determinado Estado ao longo de um período de tempo (idem, p. 155) e assim prever o seu comportamento no futuro em situações semelhantes, ou a tendência da sua atuação em diversas situações e circunstâncias, tendo em conta a compreensão da cultura do Estado em questão ou de Estados com padrões semelhantes. É nesta aceção que Portugal é considerado um Estado com vocação pluralista e universalista, com forte cariz pacifista e de construção de pontes entre povos, que se tende a traduzir na sua forma de atuação (a nível político e militar) e na própria legislação.

As variáveis culturais podem explicar as diferenças entre as mudanças estruturais e as alterações no comportamento dos Estados. Em segundo lugar, podem explicar o motivo pelo qual determinados Estados, que se comportam de forma irracional, sofrem as consequências de não se conseguirem adaptar aos constrangimentos do sistema internacional. Por fim, em

situações estruturais indeterminadas, as variáveis nacionais como a cultura podem ter um impacto mais independente na sua explicação (Desch, 1998, p. 166), o que pode auxiliar o desenvolvimento de estratégias de atuação mais eficazes, que só podem ser elaboradas pela percepção e compreensão do que podemos denominar de “o outro” e também de nós mesmos.

Em suma, alguns autores sustentam que a cultura é a própria essência do poder sem o qual o poder não se pode realizar. O *soft power* é uma janela de oportunidade para a expansão da influência do próprio Estado. Nye definiu pela primeira vez em 1993 *soft power* como “the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals” (Nye, 1993; 2011), isto é, como um mecanismo de persuasão. No entanto, consideramos não ser de excluir a possibilidade de podermos vir a assistir ao desenvolvimento de estratégias de *hard power* associadas ao emprego da coação cultural, através de tentativas de globalização cultural que procura a afirmação e supremacia de uma cultura sobre as restantes, procurando a sua submissão, algo que, em todo o caso, as outras culturas dificilmente aceitarão<sup>1</sup>.

Desta forma a cultura constitui uma variável fundamental nos estudos geopolíticos e de segurança, por estar relacionada com o poder subjetivo de um Estado, povo, nação, grupo ou indivíduo, que pode alterar um coeficiente de poder e determinar uma alteração inesperada (ou não) da relação de poder e força entre os diversos atores numa determinada situação.

A Guerra do Vietname constitui um dos maiores exemplos da propensão dos Estados Unidos para ler o mundo segundo os valores da herança ocidental. A má memória desta experiência levou a uma primeira consciencialização de que era preciso formar as forças armadas em relação aos aspetos culturais de outros países. O facto é que hoje as estratégias políticas e militares continuam a dar pouca importância às diferenças culturais dos países não ocidentais (Kleiner, 2008, p. 7) como se viu, por exemplo, no conflito do Afeganistão, apesar da crescente participação do país em operações de baixa intensidade e operações humanitárias de emergência, que requerem conhecimento e sensibilidade cultural. Certamente que em operações futuras, no quadro de coligações e forças multilaterais, a competência cultural será um requisito essencial de liderança (idem, pp. 7-8)<sup>2</sup>, independentemente do tipo de conflito em causa.

Qualquer militar deve receber instrução cultural e linguística de modo a fazer dos soldados também diplomatas, com sensibilidade e conhecimentos que permitam o contacto com as populações, o que é importante também a nível nacional, ao nível da integração das populações migrantes, elemento essencial para a coesão e segurança nacional.

Neste sentido, a consciencialização cultural por parte de todos os atores na pirâmide de decisão e atuação é crucial, na qual a competência principal estará a cargo dos decisores que têm a responsabilidade da tomada de decisão e que deverão ter um conhecimento

---

<sup>1</sup> No seu livro *The Future of Power*, editado em 2011, Nye explora a questão do emprego da capacidade militar (normalmente associada à imposição da vontade) em termos de *soft power*, referindo-se a situações em que é possível tirar partido da capacidade de atração das forças armadas sobre terceiros. Neste contexto, as autoras deste texto defendem que, no limite, também uma situação de efetiva hegemonia cultural poderia configurar uma manifestação de *hard power*, o que no atual contexto e do ponto de vista das autoras deste texto só poderia resultar de uma ação estratégica impositiva dos Estados Unidos sobre os restantes países do mundo.

<sup>2</sup> Veja-se Anexo 1 Esquema relativo à importância da cultura nos diversos patamares de decisão e execução operacional.

mais amplo e aprofundado. A compreensão deste vetor é de extrema importância também para os peritos/técnicos que deverão ter uma formação avançada adequada às funções de planeamento que realizem, que se deverá refletir também nas propostas de tomada de decisão. As pessoas destacadas para missões deverão ter uma formação específica nos setores da sua atuação, que lhes permita um conhecimento relevante para que possam operar no campo.

Deste modo, podemos inferir que a informação cultural e sua consideração deverá ser uma competência de todos os intervenientes, ou seja, saber o como e porquê, além da informação técnica e de outro tipo que deverá ser facultada a todos os atores, de acordo com a sua atividade ou função.

Por outro lado, no ambiente pós-bipolar os norte-americanos concluíram que a transmissão da mensagem cultural dos valores nacionais se tornou mais complexa e difícil. Neste sentido a diplomacia pública tem ganho relevância como ferramenta de política externa e de segurança ao permitir a transmissão da idiosincrasia cultural norte-americana à opinião pública dos outros países de um modo mais apelativo que a diplomacia cultural tradicional, na medida em que permite:

“Understand, inform, engage and influence global audiences, reaching beyond foreign governments to promote greater appreciation and understanding of US society, culture, institutions, values and policies.” (Pincus, 2009).

Há ainda a realçar que a continuidade ou mudança da cultura estratégica de segurança nacional depende em larga medida do papel das elites, podendo ser descrita como uma “realidade negociada” entre múltiplos atores que no topo do sistema político influenciam a decisão final em termos de segurança (Lantis, 2006). Estas elites não estão imunes aos desenvolvimentos internacionais, nomeadamente, às dinâmicas da globalização cultural, devendo ser capazes de responder aos seus principais desafios, não apenas através do seu modus operandi, mas também a nível legislativo.

### **1.3. Globalização cultural no século XXI**

O mundo, como o conhecemos hoje, é constituído por sociedades caracterizadas por culturas distintas. As raízes dessas culturas são tão antigas quanto o processo de formação dessas sociedades. Ao associar-se aos seus pares, as pessoas procuram estabelecer critérios de convivência, de ritualização e de significação que tornam a sociedade num mundo seu, cultivado, construído, apropriado e consolidado na mente das gerações. Assim a cultura torna-se expressão do carácter de um povo (Fóis, 2004, p. 3).

Nas últimas décadas, as interações transnacionais intensificaram-se de forma significativa, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e de imagens através dos meios de comunicação social ou das deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados (Santos, 2003, p. 393).

Este processo conhecido como globalização abrange uma variedade de fenômenos com impactos diferenciados nas esferas social, política, econômica, financeira, comercial, cultural, e mesmo militar na sua vertente de segurança e defesa.

A transformação da cultura – a “globalização cultural” – tem-se vindo a assumir como uma estratégia central de afirmação desta “nova ordem” evocando, por um lado, imagens que fazem alusão à homogeneidade e à integração mundial, ao mesmo tempo que outras análises destacam os antagonismos, diferenciações e contradições provocadas pela mundialização da cultura (Mancebo, 2002, pp. 289-290), pelo aparecimento de movimentos de resistência antagônicos.

Neste sentido, podemos dizer, que existe atualmente uma tendência para a “globalização cultural”, isto é, procurar veicular determinados padrões, valores, modos e estilos de vida, com vista a uma homogeneização e integração mundial, em que cada ator compete com vista a deter este predomínio e hegemonia. Esta “globalização cultural” tem por objetivo a criação de uma “cultura global”, ou seja, uma cultura comum a povos, nações, Estados e civilizações, que por eles seja aceite e assimilada, o que se tem deparado com diversas resistências.

De acordo com Samuel Huntington (1993; 2002), a principal fonte de conflito neste novo mundo não será de natureza primordialmente ideológica ou política. As principais divisões da humanidade e a principal fonte de conflitos serão culturais. Os Estados-nação continuarão a ser os principais atores da cena internacional mas os principais conflitos da política global irão ocorrer entre nações e grupos pertencentes a diferentes civilizações. Em seu entender (idem, p. 25), as diferenças entre as civilizações não são apenas reais, elas são basilares. As civilizações distinguem-se umas das outras pela História, língua, cultura, tradição e principalmente pela religião. Pessoas pertencentes a diferentes civilizações têm diferentes maneiras de interpretar as relações entre Deus e o homem, o indivíduo e o grupo, o cidadão e o Estado, entre pais e filhos, marido e mulher, tal como diferentes interpretações da importância relativa entre deveres e direitos, liberdade e autoridade, poder e hierarquia, que são o resultado de séculos e que não irão desaparecer com facilidade.

Simultaneamente, o mundo está a tornar-se um espaço cada vez mais pequeno. A interação entre as pessoas de diferentes civilizações está a aumentar, o que amplia a consciência civilizacional e a percepção das diferenças entre as distintas civilizações e dentro da mesma civilização.

Por este motivo, na opinião de Giddens (2000, p. 18), o século XXI será o campo de batalha em que o fundamentalismo se vai defrontar com a tolerância cosmopolita. Num mundo em que a transmissão de imagens através de todo o globo se tornou rotineira todos estamos em contacto regular com outros que pensam de maneira diferente. Os cosmopolitas louvam e adotam esta complexidade cultural, ao passo que os fundamentalistas a consideram perturbadora e perigosa.

Vivemos assim num mundo de transformações que afetam quase tudo o que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos se fazem sentir (Giddens, 2000,



p. 19), por vezes, podemos afirmar, de forma extrema, como pode ser comprovado pelos atentados terroristas que derivam desta repulsão do contacto com outras formas de viver, estar, pensar e agir, o que afeta a segurança e defesa de todos os Estados. Esta situação deriva do choque cultural e é facilitada pela globalização.

Para se analisar o “Estado Total” Políbio Valente de Almeida considera três dimensões internas ou endógenas e duas externas ou exógenas, em que nenhuma pode ser considerada isoladamente.

Os fatores endógenos seriam a *etno* ou *demopolítica*, a *sociopolítica* e a *cratopolítica*<sup>3</sup>, ocupando-se a primeira do povo enquanto entidade natural e cultural. Os fatores exógenos, por seu turno, seriam o território e riqueza de um Estado (De Almeida, 1990, p. 113).

Se o Estado não pode ser concebido sem população esta não pode ser pensada sem cultura. É a cultura que cimenta a nação e lhe dá sentido. É essa consciência de ter uma origem comum e uma finalidade comum, que objetiva a sua unidade, que particulariza a sua especificidade e que permite a todos orientarem-se para um destino comum. A nação é a alma do Estado e a cultura a alma da nação (idem, p. 189).

Entender os padrões culturais que dinamizam um povo e os valores que lhes dão sentido significa poder explicar as instituições e, através delas, o poder. Por isso, a cultura não é só a matriz mais estrutural do poder: é poder por si própria (idem).

Contudo, como sabemos, a maneira de ser de um povo não se define num único momento. A cultura é evolutiva e os padrões culturais que definem o Estado não têm a mesma força em todas as épocas.

As diferenças de atitude entre as nações são o meio em que o estudo das relações internacionais se movimenta. Os Estados são desiguais; a nação só existe se o seu povo pensar e sentir de forma própria e numa sede geográfica exclusiva. É deste modo que o carácter nacional assume um papel altamente relevante. Diz respeito não só à cultura, mas também à ideologia, aos mitos, às tradições e às expectativas (De Almeida, 1990, p. 193), que podem ser influenciados e até modificados pelo fenómeno da globalização.

Neste sentido, o contexto global em que vivemos exige uma reflexão sobre a cultura e as novas tecnologias da informação e comunicação e dos impactos que estas poderão ter.

De facto, embora existam culturas que utilizam com maior frequência meios homogeneizadores como a televisão, o marketing e a Internet para propagarem os seus modos de conduta, valores e idiosincrasias, isso não significa que os indivíduos que as absorvem estejam a produzir uma repetição mecânica desses elementos ou a anular a

<sup>3</sup> Em política, mais propriamente tendo em consideração a ciência que estuda o Estado, mais conhecida por Ciência Política podemos distinguir várias divisões, consoante o âmbito ou escopo de análise. A Cratopolítica pode ser entendida como o estudo da política da forma de governo que estuda as diretrizes políticas do povo enquanto nação, isto é, a política do governo, compreendendo a política da forma do Estado, caracterizada pela sua constituição, ou a política da vida do Estado, da sua direção administrativa, ou a política da sua força e poder. O estudo da massa humana politicamente organizada (povo) denomina-se Etnopolítica ou Demopolítica, em que se estudam questões referentes à raça, demografia, língua, religião e outros fatores que dão individualidade a este conjunto. A Sociopolítica estuda a formação social e cultural do povo, ou seja, o Estado enquanto sociedade, analisando a sociedade do ponto de vista da sua repercussão política e forma social, isto é, o espírito, a alma, o sistema em que evolui a sociedade nos seus diversos grupos e classes e que gerou essa sociedade.

sua própria cultura. De acordo com Geertz, as trocas não são capazes de tornar culturas distintas em culturas idênticas (Costa, 2004, p. 261).

Uma língua, mesmo que falada por um número reduzido de pessoas, detém uma parte do património da humanidade, transporta uma visão da sociedade, uma identidade que tem de coabitar com outras identidades e ser preservada. É esta coabitação cultural que é necessário promover e que Wolton designa por “a outra globalização”. É neste sentido que esta se torna numa nova questão da política mundial, no terceiro pilar, isto é, um desafio a pensar (idem), em relação ao que se pode considerar como cultura global, ou às tentativas de globalização cultural, pois mais do que estilos ou modos de vida, o que nos parece fundamental seria a criação de um património comum da humanidade em termos humanos e civilizacionais, de respeito pela vida e pela dignidade, baseada na tolerância e compreensão mútuas que permitam o progresso e segurança das sociedades e dos indivíduos.

Deste modo podemos concluir que o fator cultural deve ser tido como uma componente fundamental no planeamento político em todos os setores da esfera social, em especial nas questões de segurança e defesa, cada vez mais prementes com a globalização e os desafios por si colocados, de que se pode destacar o planeamento operacional das operações militares, pelo que é de extrema importância a sua incorporação na doutrina e tática, dado que os cenários de atuação passaram a ser globais, e não apenas nacionais ou regionais, com implicações para a segurança e defesa de Portugal e dos seus parceiros.

## **2. O caso de Portugal**

Em Portugal o estudo dos fatores culturais tem sido muito lateral no âmbito da investigação dos temas de segurança e defesa.

### **2.1. Segurança e Defesa de Portugal no contexto da globalização cultural**

As tecnologias da informação e da comunicação, a livre circulação, as parcerias estratégicas, como a criação da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, podem e devem estar ao serviço da língua e cultura dos Estados, na promoção e defesa dos seus valores e interesses.

A produção de conhecimento, a reflexão sobre o papel da língua e cultura portuguesa enquanto instrumento de comunicação responsável pela aproximação dos povos, mais do que oportuna, é uma constante imanente à vivência política e cultural dos seus falantes e mesmo das comunidades migrantes. Atualmente existe um particular interesse no conhecimento aprofundado daquilo que se poderia designar por estado de arte da língua portuguesa, das suas riquezas e dos seus défices, no contexto do universo da globalização (Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 25).

A língua pode ser considerada uma das manifestações mais visíveis e importantes da cultura de um povo e com mais impacto na política interna e externa de um Estado, pois permite a defesa dos interesses no interior do território nacional e no exterior, em que

se partilha um sentir e entendimento coletivo que alude à união e à procura de um bem-comum. Este sentir coletivo através do fenómeno cultural (língua, valores, princípios, usos e costumes) promove a segurança e defesa do Estado e dos seus cidadãos, tal como de todos os que decidiram pertencer a esta comunidade, tal como projeta a sua força interna e internacional.

## 2.2. A língua portuguesa na política externa

Recentes investigações sobre a história das línguas e as considerações da sua dinâmica revelam quão variados são os factos que ditam o seu prestígio ou desaparecimento. Estas investigações procuram explicar as interconexões entre a língua, a demografia, o comércio, o desenvolvimento económico e o progresso científico. A sociolinguística procura explicar também as relações entre a língua, a cultura e o poder, enquanto soft e hard power. Nicholas Ostler, no seu livro *Empires of the World*, procura compreender o sucesso de cerca de vinte línguas, entre as quais o português, que figura entre as dez primeiras línguas da lista, o que demonstra a capacidade de Portugal em termos de projeção cultural, que pode ser francamente ampliada pelo apoio, projeção e valorização dos produtos culturais nacionais (De Machete, 2010, p. 29).

Os factos, como salientado anteriormente, vieram revelar que a globalização do século XXI não será só política, nem apenas económica e que ela comporta cada vez mais um terceiro pilar, o cultural. A atenção que se deve prestar a este terceiro pilar é fundamental para a paz e a cooperação no mundo, uma vez que só ele pode atenuar os atritos, tensões e as conflitualidades que o ameaçam (Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 41).

O fim das distâncias físicas que a revolução tecnológica propiciou e que se desenvolveu em paralelo com a globalização, revelou a incontornável importância das diferenças civilizacionais e culturais, bem como das suas oportunidades e desafios.

Com efeito, a cultura encerra não só um valor económico, se tivermos em consideração as suas potencialidades em termos de criação de emprego, da comercialização de produtos, ou da promoção do turismo cultural, como também apresenta um valor estético, espiritual, histórico, simbólico e social (Anico, 2009, p. 59).

Como enfatizou Winston Churchill: “O poder de controlar a língua é muito mais vantajoso do que tomar províncias ou países para os explorar. Os impérios do futuro serão os impérios do espírito” (Churchill, cit. por Gulbenkian, 2010, p. 17).

Como fator de união, integração e coesão, a língua está no cerne do desenvolvimento humano. Por outro lado, e num cenário global de interpenetração de fluxos e processos económicos, comunicacionais e migratórios, a cultura tem sido chamada a desempenhar um papel fundamental na criação de novos espaços geopolíticos e criação de plataformas de participação, que operam como canais de comunicação e de intercâmbio de experiências e conhecimentos (Anico, 2009, p. 61).

De facto, a cultura pode ser considerada como um meio de difusão de valores como a tolerância, a democracia, a diversidade e o pluralismo.

Portugal apresenta um modelo de política cultural descentralizado, com o propósito de alcançar a democratização e formação de públicos, que está patente na atribuição de responsabilidades aos municípios, sobretudo em áreas tradicionais como o património (Anico, pp. 62-63), mas também no domínio das bibliotecas, pela criação de uma rede de bibliotecas municipais públicas que procuram aproximar os cidadãos dos produtos culturais, em especial da leitura e na formação e dinamização cultural através da planificação descentralizada de diversos eventos culturais.

Analisando a legislação portuguesa podemos concluir que existe uma transversalidade do vetor cultural em diversos domínios da política governativa, com destaque para as áreas da política externa, política de educação, política económica e política social, mas também em áreas como a segurança e defesa, uma vez que a cultura é consagrada ao nível do Programa do Governo nas diversas áreas governativas, de que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional - CEDN<sup>4</sup> é um exemplo:

“A afirmação internacional de Portugal, a sua credibilidade e o reforço da sua capacidade negocial externa, pressupõe, ainda, a valorização de dois elementos essenciais: a língua e a cultura portuguesas” (Assembleia da República, 2013, p. 1982).

Sendo que:

“O processo de globalização e a revolução tecnológica tornaram possível uma dinâmica mundial de integração política, económica, social e cultural sem precedentes. Criou um quadro de interdependência crescente (...) e novas condições de progresso. Mas tornaram, também, possível uma difusão equivalente de ameaças e riscos” (idem, p. 1983).

Assim,

“No quadro do processo de planeamento estratégico, com o objetivo de maximizar as capacidades nacionais, importa explorar, pelo que isso representa em termos de elemento multiplicador do potencial estratégico nacional, os seguintes ativos nacionais: a história, a identidade e coesão nacionais; a cultura e o espaço linguístico (idem, p. 1987).

O próprio CEDN assume que se vive, cada vez mais, uma verdadeira luta pela influência mundial e que de modo a maximizar as capacidades nacionais se deve ter em atenção o vetor cultural, que deve ser acompanhado, em nosso entender, por uma reorientação das estratégias de diplomacia cultural a nível nacional e internacional, o que como salientámos tem implicações em todas as esferas da política nacional (educativa, social, económica, e de segurança).

### **2.3. A cultura nas políticas de educação**

Desde 1974 que Portugal iniciou um processo de transição e renegociação da sua inserção no sistema internacional, o que teve profundas implicações nas políticas públicas em todos os setores sociais.

---

<sup>4</sup> Diário da República 1.ª série - n.º 67 de 5 de abril de 2013, pp. 1981-1995.

O discurso educativo e as modalidades de governação acompanham os diferentes contextos que as produziram: políticos, sociais e económicos (Teodoro e Aníbal, 2007, p. 19), tal como o contexto da globalização marcado pela livre circulação de pessoas, bens e serviços que faz com que as comunidades imigrantes integrem também o nosso sistema de ensino.

Mais recentemente, a utilidade económica da educação passou a articular-se com a sua utilidade social, realçando-se, fundamentalmente, o contributo da educação para a gestão de questões sociais, nomeadamente no combate à exclusão social. Desta forma, as ideologias da inclusão, assim como os problemas sociais passaram a integrar as preocupações educativas que, deste modo, procuraram encontrar respostas adequadas à diversidade e conciliação dos interesses dos destinatários (Mendonça, 2006, p. 29).

O reforço da qualificação constitui o principal desafio estratégico que orienta as prioridades definidas em matéria de política educativa. Essas prioridades inscrevem-se no quadro definido pela Estratégia de Lisboa, reconhecendo a educação e a formação como fatores insubstituíveis de desenvolvimento económico e tecnológico, da coesão social, do desenvolvimento pessoal e do exercício pleno da cidadania (Ministério da Educação, 2007, p. 3).

Em Portugal, para além do Ministério da Educação o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural acompanha o problema dos imigrantes no que se refere à educação e inserção social.

De acordo com Alice Mendonça (2006, p. 29) os novos objetivos educativos enfatizaram ainda a necessidade de institucionalizar currículos alternativos suscetíveis de substituir os tradicionais, de forma a reduzir a diferenciação interna dos espaços pedagógicos e curriculares. Por outro lado, o pedagogismo dos problemas sociais pautou o alargamento das obrigações sociais atribuídas à escola que, além de ser incumbida de assegurar as aprendizagens “tradicionais” da Língua Materna, da Matemática ou da Educação Científica, teve de lidar com apelos para promover áreas como a Educação para a Paz, a Educação Intercultural, a Educação para a Cidadania, a Educação para a Saúde ou a Educação para a Defesa do Ambiente.

A proficiência na língua de origem é geralmente considerada como tendo grande importância para os alunos imigrantes. Ela pode facilitar a aprendizagem da língua em que o ensino é ministrado e estimular, assim, o seu desenvolvimento em todos os domínios. Além disso, a forma como a sua língua materna é encarada na comunidade de acolhimento ajuda a fortalecer a autoestima e a identidade das crianças imigrantes e das suas famílias (Comissão Europeia, 2009, p. 19). No entanto, o domínio correto da língua do país de acolhimento é um requisito imprescindível neste processo de integração, coesão e de fortalecimento dos laços entre os cidadãos, devendo ser esta a língua de comunicação por excelência.

É também importante existir uma articulação entre a política cultural e de educação ao nível da formação específica, tal como em relação à formação da população em geral, para que possa aceder aos produtos culturais não só internacionais, mas especialmente nacionais, fazendo com que os mesmos sejam descentralizados, abrangendo todo o país,

em que cada um aprecia e mostra as suas tradições locais ou regionais, o que faz com que as mesmas sejam transmitidas através das gerações, fortalecendo a coesão nacional.

A língua portuguesa tem uma ampla expressão mundial, daí a importância de uma política da língua não apenas a nível nacional, mas também a nível internacional, assim como da importância das culturas lusófonas, simultaneamente promovendo a coesão e projetando poder e influência.

#### **2.4. A cultura e as migrações**

Portugal, depois de uma longa tradição como país de emigração, que se voltou a acentuar no século XXI, tornou-se, no final do século XX, também um país de imigração.

Com efeito têm-se registado nas últimas décadas alterações importantes, quer em termos absolutos de fluxos migratórios, com inversão do saldo migratório, quer também na composição étnica e cultural das comunidades migrantes instaladas no nosso País (Marques, 2005, p. 2).

Escolhendo, sobretudo, as periferias das grandes cidades instalaram-se, muitas vezes, em condições precárias e com baixas qualificações. Os seus descendentes constituem uma realidade socialmente muito distinta dos pais, órfãos de uma identidade clara, que não encontram nem no país de acolhimento, nem no país dos seus antepassados. Este é, aliás, um dos maiores desafios a uma política de gestão da diversidade étnica e cultural em Portugal (idem, p. 4).

Portugal é considerado um dos países com as melhores políticas de integração de imigrantes. O Alto-Comissariado para as Minorias Étnicas tem procurado aplicar uma visão global e integrada do fenómeno migratório nas suas diferentes vertentes.

O exercício da igualdade conduz-nos ao princípio da cidadania plena. O imigrante é um cidadão de pleno direito. É construtor ativo de uma comunidade de destino, ainda que não tenha uma origem comum (Marques, 2010, p. 3). As questões da participação política e nas forças armadas são extremamente sensíveis em termos da segurança e defesa de um Estado, pelo que a plena cidadania deverá ter em atenção estas questões. Ao passar a ser um cidadão nacional com plenos direitos tem de se defender os mesmos valores, interesses e princípios, o que vem da plena integração e coesão.

Efetivamente, a cultura pode ser considerada como um veículo de transmissão. A cultura constitui uma poderosa ferramenta para reintegrar os excluídos socialmente, proporcionando-lhes a oportunidade de criar e realizar seu próprio projeto, adquirir novas competências que podem ser transferidas para outros setores de atividades e recuperar a autoestima (Marques, 2005, p. 30).

É neste sentido que surge a necessidade de gestão da diversidade cultural - a opção portuguesa é muito clara e passa pela afirmação do princípio da interculturalidade. Num quadro de respeito mútuo e dentro da Lei promove-se a afirmação da riqueza da diversidade em diálogo. Mais do que uma coexistência pacífica de diferentes comunidades, o modelo intercultural afirma-se no cruzamento e miscigenação cultural, sem aniquilamentos, nem imposições. Optando por dar prioridade ao trabalho no domínio da Educação, o Secretariado

Entre culturas tem vindo desde 1991 a desenvolver um importante programa de educação intercultural (Marques, 2010, p. 3). Neste processo de integração intercultural é, em nossa opinião, fundamental um esforço de aprendizagem da cultura e língua, hábitos e tradições da sociedade de acolhimento, o que permite a integração e partilha de interesses, com vista a um futuro comum.

A criação e desenvolvimento de associações de imigrantes, processo evidente de adquirida maturidade de uma comunidade imigrante, surge como elemento de estruturação e interface dessa mesma comunidade no contexto político-social da sociedade de acolhimento (Norte, 2004, p. 24).

As diásporas portuguesas também têm um papel de extrema importância na promoção da cultura e língua portuguesa, sendo que a nova emigração portuguesa altamente qualificada defende e promove no exterior a nossa matriz identitária. As políticas nacionais em todos os setores deveriam realçar de forma mais notória a importância das diásporas portuguesas na promoção da nossa língua e cultura, com toda as inerentes vantagens políticas, económicas, culturais, sociais, de cooperação militar e diplomática que a representação de Portugal no mundo pelos seus cidadãos pode trazer, muito mais eficaz do que qualquer evento ou campanhas publicitárias que possam ser desenvolvidas.

## 2.5. A cultura e o turismo

O turismo constitui uma das atividades económicas com maior relevo que se manterá e até aumentará, o que acarreta consequências não apenas económicas, mas também sociais.

Como relembra Pérez (2009, p. 10) o turismo é um encontro entre culturas e sistemas sociais que provoca mudanças. Mas ao contrário de outros tipos de viagens e deslocações, como por exemplo na maior parte das situações de migrações, o turismo é uma deslocação voluntária na procura de algo não estritamente material.

O paradigma de se promover um desenvolvimento turístico sustentável tem sido uma das preocupações das Organizações Internacionais, dos académicos e da literatura da especialidade. Neste contexto, o planeamento turístico constitui uma ferramenta para salvaguardar os recursos naturais e histórico-culturais (Fazenda, Silva e Costa, 2008, p. 79).

O turismo é pensado como uma relação de intercâmbio entre turistas e recetores de turistas - “anfitriões” e “convidados”, estabelecida num tempo de lazer. O turismo é um veículo de intercâmbio cultural entre pessoas e grupos humanos, entre “nós” e “outros. Para a antropologia, o turismo é um facto social total e também um processo social, económico e cultural no qual participam vários agentes sociais (Pérez, 2009, p. 10).

Podemos dizer que o turismo utiliza uma matéria-prima muito especial: recursos naturais, ambientais, paisagísticos, históricos e culturais (que são extremamente frágeis do ponto de vista da sua preservação) e, em geral, não renováveis (Fazenda, Silva e Costa, 2008, p. 87).

O turismo pode ser assim uma forma de contacto intercultural do tipo “aculturação”. A aculturação é um mecanismo de mudança que consiste no contacto entre duas ou mais

culturas, que pode dar origem a uma assimilação da cultura dominada pela dominante. Por outro lado, a integração ou combinação de culturas tem como resultado o nascimento de novas culturas num certo plano de equidade, enquanto a existência de subculturas ou coexistência de culturas dominantes e dominadas pode implicar formas de resistência à dominação. Os recetores de turistas acabam, por vezes, por imitar os turistas, produzindo-se mudanças no sistema de valores, atitudes, linguagem, formas de comer e vestir e na procura de bens de consumo. Porém, também pode acontecer que o turista imite os locais (Pérez, 2009, pp. 11-12).

É de crucial importância a construção de uma estrutura sólida de um “Business Intelligence” para o turismo, que auxilie a tomada de decisão, que não envolva apenas a recolha de elementos (consumo, preferências, movimentação e satisfação) dos turistas internacionais que nos visitam, mas também uma plataforma de conhecimento sobre os turistas que não nos visitam (PWC, 2013, p. 18).

Como relembra Pérez (2009, p. 36) o turismo é um movimento de pessoas que intensifica o contacto intercultural. Por isso pode contribuir para a apreciação da relatividade e da diversidade cultural, estimulando o mútuo respeito entre culturas. Pode também ser uma oportunidade para a paz, o entendimento e o conhecimento entre diferentes sociedades e nações. Contudo, parece-nos que pode simultaneamente destruir ou perverter, com impacto na segurança e defesa do Estado visado, basta pensarmos no “falso turismo” com vista a facilitar a livre circulação com outros propósitos.

A quantidade e variedade de património classificado na totalidade do território português, do qual se destaca o Património Mundial, não só permite a representação do passado e a evocação de uma memória coletiva, como também não nos deixa esquecer os diversos testemunhos da História do País e património arquitetónico, cultural e identitário. Este permite o incremento das ofertas culturais e a procura da preservação das paisagens e dos lugares classificados que, simbolicamente, pertencem ao globalizado mundo contemporâneo, sendo de salientar não apenas o património material, mas também o património imaterial da humanidade, de que a música é um exemplo, e que no caso português foi conseguido ao ser reconhecido o *Fado* como Património Imaterial da Humanidade.

### **3. Recomendações**

Atualmente, os Estados além das suas responsabilidades nacionais têm compromissos internacionais que assumiram com os seus parceiros, aos quais têm de dar resposta, como a participação em missões internacionais, assim como os desafios que decorrem da globalização, que exigem uma multiplicidade de competências das quais destacamos a cultural.

Deste modo, todos os intervenientes ao nível tático, operacional ou estratégico necessitam de uma formação adequada que dê resposta aos vários tipos de necessidades e que permita uma compreensão do “outro” e da sua cultura e tradições, para que em última análise não seja colocada em causa a própria missão, objetivos ou mesmo a vida tanto de civis como de militares.



A competência cultural deve ser uma componente fundamental não só de todo o planeamento e operações militares mas, e mais importante, deve fazer parte integrante da estratégia de segurança nacional e dos esforços diplomáticos, uma vez que a cultura permite compreender o modo de ser das pessoas e as suas motivações.

A adoção de medidas destinadas a promover o pluralismo e a representação da diversidade cultural, o recurso a novas tecnologias da comunicação e da informação, a diversificação e especialização legislativa, a aposta na cultura para a promoção do diálogo e cooperação, a valorização das identidades culturais nacionais e regionais e a promoção destas mesmas identidades são alguns exemplos das iniciativas que devem continuar a ser adotadas pelo Estado em resposta às transformações operadas na sociedade e que refletem os cenários observados à escala mundial (Anico, 2009, p. 67).

Durante a última década, os militares têm usado o termo cultura de várias maneiras. Os termos consciencialização cultural, compreensão cultural, conhecimento cultural e inteligência cultural são amplamente utilizados, mas as suas definições têm de fazer parte da própria doutrina militar (Kleiner, 2008, p. 5), para que sejam utilizados de forma correta e sem grande margem de discrepância, respeitando a legislação nacional e internacional, como os direitos humanos e o próprio Direito Internacional Humanitário que permitem a projeção do país e o aumento do seu poder negocial.

Como salienta Kleiner (2008, p. 10) são estabelecidos três níveis de requisitos de conhecimentos culturais necessários para as diferentes áreas da atividade militar: o básico, avançado e o especial. No nível básico, os efetivos necessitam de adquirir habilidades culturais e linguísticas para operar barreiras e postos de controlo, realizar buscas, operações de reconhecimento, proceder a interrogatórios e interagir com a população civil e militar, além de conhecer a legislação do país em questão.

Ao nível avançado, os comandantes e líderes devem receber a instrução de nível básico, mais uma formação adicional em questões comportamentais e outras subtilezas necessárias para avaliar as dinâmicas sociais locais, envolver agentes do poder nativo locais ou regionais e lidar com vários tipos de reações (idem).

Finalmente, além dos conhecimentos culturais gerais, algumas pessoas podem ter de executar operações que requerem capacidades especiais e, conseqüentemente, podem exigir treino especializado.

Por este motivo é necessária a criação de manuais com as informações necessárias em termos gerais e particulares para cada operação e situação, a realização de exercícios de simulação e treino, intercâmbio de profissionais, programas de formação nacionais e internacionais, acompanhado de investigação, debate e reflexão sobre as questões culturais e as suas implicações.

A nível nacional é necessário manter uma política de imigração integradora e humanista, que reforce a coesão social e promova uma cultura de cidadania (CEDN, 2013, p. 1993) essencial para a segurança nacional e a própria defesa do País.

A reputação internacional de Portugal é inseparável da sua cultura e da sua língua, o que torna necessário o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, com os seus poderosos meios de expansão, ligação, penetração, informação, comunicação e difusão. O

português é a terceira língua europeia com maior número de falantes no mundo e ocupa o quinto lugar entre as línguas mais usadas na Internet (idem, p. 1995).

Neste sentido, é fundamental reforçar a presença do português como veículo de transmissão cultural e científica e meio de comunicação internacional, designadamente, promovendo esforços, no sentido de o português passar a ser uma das línguas oficiais das Nações Unidas, o que certamente dará prestígio e projeção ao País, ampliando a sua capacidade negocial e o seu poder decisório.

Por fim, como enfatiza Marta Anico (2009, p. 68) devem-se também definir um conjunto de objetivos, estratégias e programas que envolvam e estimulem a participação dos diferentes atores que protagonizam os processos e as dinâmicas culturais, para que não haja uma desarticulação entre as propostas do Estado e as necessidades e expectativas das sociedades.

Esta correta definição só será possível através da análise cuidadosa da situação atual do País ao nível das suas forças, fraquezas, das oportunidades e ameaças que enfrenta no que concerne ao vetor em análise, o cultural<sup>5</sup>, que auxilia de forma inestimável a elaboração das políticas ao nível dos vários setores.

Este deve ser sempre um processo dinâmico, aberto e participativo. Só assim será possível a integração, coesão, desenvolvimento e progresso de pessoas e grupos sociais que deverão estar no cerne das políticas e estratégias desenvolvidas e, em última análise, do próprio Estado.

#### **4. Considerações Finais**

A língua constitui, além de um meio de comunicação, uma das manifestações mais evidentes da cultura que pode potenciar o progresso da humanidade e o bem-estar das pessoas de acordo com um objetivo comum.

A adoção de medidas destinadas a promover o pluralismo e a diversidade cultural, através, por exemplo, do recurso às novas tecnologias, serve também como meio de promoção do diálogo e da cooperação permitindo, simultaneamente, a valorização das identidades. Estas são respostas que se têm procurado dar às transformações que se verificaram na sociedade a nível mundial, em grande parte devido ao fenómeno da globalização nas suas múltiplas dimensões.

Neste sentido, como salientado, devem-se definir um conjunto de objetivos e estratégias que permitam a participação dos diferentes atores, para que estejam adequadas às necessidades e expectativas das populações, pelo que deve ser um processo aberto à sociedade civil. Só assim será possível o desenvolvimento, crescimento e transformação das sociedades no caminho do progresso, no qual se incluem as questões de segurança e defesa, devendo, em nossa opinião, englobar as comunidades imigrantes residentes em Portugal, para que façam parte integrante da nossa cultura, partilhem os nossos valores, ao mesmo tempo que a enriquecem com as suas próprias raízes culturais, pois só assim a cultura pode ser tida como um vetor constitutivo e evolutivo da sociedade.

---

<sup>5</sup> Veja-se Anexo 2 O vetor da cultura em Portugal - Matriz SWOT.

assimila, nem é assimilada, mas que respeita e coopera na prossecução de objetivos comuns e do progresso da humanidade, na senda do que a União Europeia designa por “unidade na diversidade” que pode, certamente, ser aplicada a nível mundial.

### Referências Bibliográficas

- Anico, Marta, 2009. Políticas da Cultura em Portugal e Espanha. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 7(1), pp. 57-71.
- Assembly of the Republic, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (1st series - n.º 67 of 5 April), pp. 1981-1995. Lisbon: Diário da República.
- Calouste Gulbenkian Foundation, 2010. *Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Mundo Globalizado - Actas do Encontro Internacional*. Lisbon: União Latina, Calouste Gulbenkian Foundation.
- Costa, Thatyane Roberta de Castro, 2004. A Mundialização da Cultura e os Processos de Homogeneização e Formação da Cultura Global. *Universitas - Relações Internacionais*, 2(1), pp. 255-267.
- De Almeida, Políbio Valente, 1990. *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisbon: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- De Machete, Rui Chancerelle, 2010. *Sobre as Relações Portugal Estados Unidos*. Lisbon: Luso-American Development Foundation.
- Desch, Michael, 1998. Culture Clash - Assessing the Importance of Ideas in Security Studies. *International Security*, 23(1), pp. 141-170.
- European Commission, 2009. *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe*. Brussels: Education, Audiovisual & Culture Executive Agency.
- Fazenda, Nuno; Silva, Fernando Nunes da and Costa, Carlos, 2008. Política e Planeamento Turístico à Escala Regional: O Caso da Agenda Regional de Turismo para o Norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 18, pp. 77-100.
- Finnemore, Martha, 2003. *The Purpose of Intervention: Changing Beliefs about the Use of Force*. Ithaca: Cornell University Press.
- Fróis, Katja Plotz, 2004. Globalização e Cultura – A Identidade no Mundo de Iguais. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 62, pp. 1-9.
- Giddens, Anthony, 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisbon: Presença.
- Gray, Colin S., 1996. *Modern Strategy*. Oxford: Oxford University Press.
- Guibentif, Pierre, 2007. *Law, Culture and Society: Legal Ideas in the Mirror of Social Theory* by Roger Cotterrell. *Journal of Law and Society*, 34(4), pp. 633-638.
- Huntington, Samuel, 1993. The Clash of Civilizations?. *Foreign Affairs*, 72(3), pp. 22-49.
- Huntington, Samuel, 2002. *The Clash of Civilization and The Remaking of World Order*, London, Simon & Schuster.

- Kleiner, Carolyn, 2008. *The Importance of Cultural Knowledge for Today's Warrior Diplomats*. United States: United States Army Reserve.
- Lantis, S. 2006. Strategic Culture: From Clausewitz to Constructivism, in Jeffrey A Larsen (ed.), *Comparative Strategic Cultures Curriculum: Assessing Strategic Culture as a Methodological Approach to Understanding WMD Decision-Making by States and Non-State Actors*. Fort Belvoir: Defense Threat Reduction Agency/SAIC.
- Mancebo, Deise, 2002, Globalização, Cultura e Subjectividade: Discussão a Partir dos Meios de Comunicação de Massa. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, [Online] 18(3). Available at: [http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S0102-37722002000300008&nrm=iso&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300008&nrm=iso&lng=pt), [Consult. 4 fev. 2014].
- Marques, Rui, 2005. Imigração em Portugal – Uma Visão Humanista. *Cidade Solidária*, 14, pp. 20-27.
- Marques, Rui. 2010. *As Grandes Linhas da Política de Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*. Lisbon: High Commisariat for Immigration and Ethnic Minorities – Presidency of the Council of Ministers.
- Mendonça, Alice. 2006. *Problemática do Insucesso Escolar e a Escolaridade Obrigatório no Arquipélago da Madeira em Finais do Século XX (1994-2000)*. Funchal: University of Madeira [Doctoral thesis].
- Ministério da Educação, 2007. *Educação e Formação em Portugal*. Lisbon: Ministry of Education.
- Norte, Cláudia et al., 2004. *O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa. Um Estudo para a Rede Europeia de Migrações - O Caso Português*. Lisbon: Border and Immigration Service (SEF), Ministry of Internal Administration.
- Nye, Joseph S., 1993. Propaganda Isn't the Way: Soft Power. *The International Herald Tribune*, January 10.
- Nye, Joseph S., 2011. *The Future of Power*. New York: Basic Books.
- Pérez, Xerardo Pereira, 2009. *Turismo cultural - Uma Visão Antropológica*. Tenerife: ACAY PASOS, RT PC.
- Pincus, W., 2009. GAO Report Urges Obama, Congress to Prioritize Public Diplomacy. *The Washington Post*, [Online]. Available at: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/01/11/AR2009011102122.html>, [Consult. 4 fev. 2014].
- Price, Richard and Tannenwald, Nina, "Norms and Deterrence: The Nuclear and Chemical Weapons Taboos" in Katzenstein, Peter (ed.), 1996. *The Culture of National Security*. New York: Columbia University Press.
- PWC, 2013. *Desafios do Turismo em Portugal, 2014*. Lisbon/Porto: PWC.
- Santos, Boaventura Sousa, 2003. Globalizations. *Theory, Culture & Society*, pp. 393-399.
- Snyder, Jack, 1977. *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Options*. Santa Monica: RAND.
- Teodoro, António and Aníbal, Graça, 2007. Educação em Tempos de Globalização – Modernização e Hibridismo nas Políticas Educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 10, pp. 13-26.

USA, U.S. Department of State, Public Diplomacy Evaluation Office, <http://exchanges.state.gov/programevaluations/pmm/pdeo.html>.

Vilar, Rui, 2007. Sobre a Economia da Cultura. *Comunicação & Cultura*, 3, pp. 131-144.




Weigley, Russell, 1960. *The American Way of Warfare: A History of United States Military Strategy and Policy*. Bloomington: Indiana University Press.

Wolfers, Arnold, 1962. *Discord and Collaboration*. Baltimore: John Hopkins Press.

## Anexos

### Anexo 1

#### Esquema relativo à importância da cultura nos diversos patamares de decisão e execução operacional

Consciencialização cultural	
<u>Competência:</u> Decisores políticos	Tomada de decisão e inteligência cultural
	
<u>Compreensão:</u> Peritos	Formação avançada
	
<u>Conhecimento:</u> Pessoas destacadas para missões	Formação específica
	
<u>Informação/consideração:</u> Todos os intervenientes	Como e porquê?
Informação técnica e de outro tipo	

Fonte: Adaptação de Carolyn Kleiner, 2008. *The Importance of Cultural Knowledge for Today's Warrior Diplomats*. United States: United States Army Reserve, p. 9.

## Anexo 2

### O vetor da cultura em Portugal - Matriz SWOT

Forças (S*):	Fraquezas (W*)
Tradição de tolerância no país/adaptabilidade	Debilidade do tecido económico
Políticas multiculturais	Sociedade civil frágil
Projeção e pujança da língua portuguesa	Enclausuramento /ensimesmamento
Possibilidade de exercício do papel de mediador político e cultural	Fraca competitividade e inovação
Reforço da identidade nacional	Migração das capacidades e de elites
Incremento da criatividade	Necessidade de maior potenciação e projeção de políticas culturais e dos respetivos apoios
Aumento do número e diversidade dos eventos culturais	Custo elevado dos produtos culturais
Descentralização dos eventos culturais	Enfraquecimento da identidade e coesão nacional
Atividades económicas ligadas à cultura (turismo)	Aumento da complexidade do perfil do imigrante e ausência de estratégias
Oportunidades (O*):	Ameaças (T*):
Pertença a diferentes organizações multilaterais	Perda da auto-estima e da autoconfiança
Projeção e preservação da cultura e património (material e imaterial)	Perda do quadro de referência estratégico
Projeção da língua e proficiência linguística	Pulverização de objetivos/diluição em quadros multilaterais
Diminuição das assimetrias regionais e revitalização	Dificuldades de integração (língua, cultura)
Mudança de paradigma de país de emigração para imigração	Aumento dos sentimentos de insegurança e intolerância
Enriquecimento e promoção cultural	Risco de assimilação cultural
Reforço de laços com a diáspora portuguesa e potenciação da sua componente	
Aumento da competitividade	
Impacto positivo da economia (exportações)	
Mudança da composição do tecido demográfico	

Fonte: Elaboração própria.